



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA PAULO VI
AOS PADRES CONCILIARES
NA CONGREGAÇÃO GERAL 142
SOBRE A SUA VISITA À ONU**

5 de Outubro de 1965

Veneráveis Irmãos

A viagem, que empreendemos através do oceano, findou agora — graças a Deus com êxito — no ponto exacto onde começou. Levámos à Organização das Nações Unidas a mensagem de salvação e paz que este sagrado Concílio nos confiou. Ali falámos aos membros do grande organismo internacional, que representa mais de 100 países do mundo, encorajando a sua comum intenção de concórdia e paz, e exortando-os a prosseguirem o trabalho que iniciaram há vinte anos para eliminar a guerra, para resolver todos os conflitos entre os povos, de forma honrosa, e remediarem as necessidades e os males que continuam a impedir o progresso harmonioso da civilização, lembrando bem que, para se completar tão grave e longa tarefa, se torna necessário tomar como base a sabedoria que deriva de Deus, e que nos foi dada por Cristo.

Não temos necessidade de vos dizer de que maneira amável fomos recebidos nem da deferência com que fomos ouvidos ou de vos falar da emoção popular que Nos rodeou e da profunda afeição que Nos foi demonstrada pelos amados e fiéis filhos da metrópole norte-americana, porque todos esses factos — largamente divulgados e ilustrados pelas imagens da televisão — são tão do vosso conhecimento como se tivésseis sido testemunhas desse acontecimento duplamente notável: primeira visita de um Pontífice romano à terra que Cristóvão Colombo descobriu e abriu à civilização há cerca de cinco séculos, e o primeiro encontro que um sucessor de Pedro e Vigário de Cristo teve a fortuna de ter com os representantes de quase todos os povos da terra, reunidos ali a ouvir atentamente a palavra do chefe da Igreja católica.

Extremamente rápida foi a Nossa viagem, extremamente breve a Nossa presença naquele

continente, mas o objectivo da Nossa presença ali foi, na verdade, digno do Nosso interesse — a causa da paz no mundo.

Agradecemos ao Senhor, veneráveis Irmãos, termos tido o privilégio de anunciar a mensagem da paz, de certo modo, a todos os homens da terra. Nunca este anúncio evangélico teve uma tão larga audiência, e, podemos dizer, uma audiência tão disposta e atenta a ouvir-Nos. Nunca este anúncio interpretou tão completamente, ao mesmo tempo, a piedosa voz do céu e a implorante voz da terra, provando que os misteriosos desígnios divinos acerca da humanidade se adaptam perfeitamente às mais íntimas aspirações dos próprios homens. E nunca antes a missão da Igreja— medianeira entre Deus e o homem — se justificou por uma mais evidente, providencial e moderna razão.

Lamentamos que o intérprete de uma hora tão brilhante tenha sido a Nossa humilde pessoa — mas não reclama Deus para Si próprio a glória de todos os grandes acontecimentos registrados na nossa história, ao escolher instrumentos muito inferiores à sua importância e eficácia? — lamentamos, mas não deixamos que isso afecte a Nossa alegria quanto ao profético valor de que o Nosso anúncio se revestiu: em nome de Cristo, pregámos a paz entre os homens.

Notamos agora uma consequência subjectiva que esta missão trouxe consigo, e com este pensamento a Nossa viagem se encerra: sabeis que dizer uma palavra impõe graves deveres àquele que a pronuncia — um dever de coerência, um dever de solidariedade, um dever de exemplo. A palavra que não se baseia na vontade colectiva é pronunciada só por um e apenas para um — qual é, pois, a sua utilidade?

Na verdade, a autoridade da palavra nasce da verdade que reflecte. Mas no domínio humano reveste-se de maior eficácia pela forma como a aplica aquele que a pronuncia. A voz fala, mas o que convence é o exemplo daquele que anuncia o Evangelho.

Uma séria consequência, portanto, deriva do facto de termos anunciado a paz: deveremos ser agora, mais do que nunca, os artífices da paz. A Igreja católica tomou sobre si a grave obrigação de servir a causa da paz, porque, através da Nossa palavra, solenemente anunciou advogar essa causa.

Não é certamente Nossa tarefa, nem pode ser Nossa intenção, entrar nos campos da política ou da economia, onde a ordem temporal que constitui a paz civil é directamente construída. Mas podemos e devemos auxiliar também a construir a paz civil, através do permanente apoio moral e, de algum modo, também através dos serviços duma caridade verdadeira e actual.

Não está o nosso Concílio Ecuménico, neste momento, inteiramente ocupado em estudar como as relações da Igreja Católica com o mundo actual podem tornar-se efectivas e fecundas? A nossa contribuição para a paz encontra-se, por este facto, já a caminho. E ela tornar-se-á,

certamente, mais efectiva e mais preciosa quando todos nós, convencidos de que a paz deve fundar-se na justiça, nos tornarmos advogados da justiça.

De justiça tem o mundo grande necessidade, e de justiça quer Cristo que sintamos fome e sede. E nós sabemos que a justiça é progressiva, e que, à medida que a sociedade progride, torna-se mais profundamente consciente da sua imperfeita composição, vindo então à luz os gritos e os clamores suscitados pelas desigualdades que continuam a atormentar a humanidade.

Não é o facto de se verificarem desigualdades entre classe e classe, entre nação e nação, a mais grave ameaça feita à paz?

Todas estas coisas são bem conhecidas. E, agora, elas convidam-nos a reconsiderar o que podemos fazer para as remediar. As condições em que se encontram as populações em vias de desenvolvimento devem ser objecto da nossa consideração — ou, digamos com mais propriedade, da nossa caridade em relação aos pobres do mundo, que se contam por legiões — devendo-nos tornar mais atentos, mais activos, mais generosos.

Outras considerações nos levam à mesma conclusão, nos casos da moral e da religião: colocar a nossa fé ao serviço da caridade, tanto nos debates ecuménicos como nas relações espirituais e sociais com os homens de boa vontade, de todas as raças e de todas as crenças — não é isto uma contribuição para a paz, não é isto já uma parte do nosso programa?

Devemos, portanto, estudar e aplicar o nosso programa com crescente energia, porque pregamos a paz com um objectivo que, actualmente, nos deve ocupar a todos. Possa o Senhor permitir que estejamos habilitados a fazer seguir ao testemunho da palavra o testemunho da acção.

E todos vós, veneráveis Irmãos, que compartilhais conosco o «ministério da reconciliação» (2 Cor. 5,13), vós, fiéis que estais presentes aqui, vós, senhores representantes das nações, vós, digníssimos Observadores, juntai-vos aos Nossos desejos de paz, orando e trabalhando por ela e, com a Nossa bênção, que «o Deus da paz esteja com todos vós» (Rom. 15,33) (1).

Nota

1 AAS 57 (1965), p. 894-896.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana